

Brasil deve acabar com os despejos durante a crise do COVID-19: relator da ONU

GENEBRA (9 de julho de 2020) - O relator da ONU para o direito à moradia adequada pediu hoje ao Brasil que acabe com todos os despejos durante a crise do COVID-19, depois que mais de 2.000 famílias foram expulsas de suas casas. Outros milhares correm risco de despejo nas cidades e no interior do estado de São Paulo.

"O Brasil tem o dever de proteger urgentemente todos, especialmente as comunidades em risco, da ameaça do COVID-19, que afetou mais de um milhão e meio de pessoas no país e matou mais de 65.000", disse Balakrishnan Rajagopal, relator especial da ONU para o direito à moradia. "Despejar as pessoas de suas casas nessa situação, independentemente do status legal de sua moradia, é uma violação de seus direitos humanos".

Embora alguns tribunais tenham suspenso as ordens de despejo até que a crise sanitária termine, outros continuam emitindo novas ordens. As autoridades locais também parecem priorizar a retomada de propriedades pertencentes a grandes empresas e proprietários de terras, em detrimento da saúde e segurança de pessoas vulneráveis.

Despejar as pessoas agora - sem oferecer abrigo de emergência ou moradia de longo prazo - também entra em conflito com medidas para evitar a propagação da doença, disse Rajagopal.

"O Ministério da Saúde brasileiro pediu às pessoas que fiquem em casa se tiverem sintomas, que lavem bem as mãos e mantenham um distanciamento físico para evitar o contágio", afirmou. "Ao mesmo tempo, centenas de famílias foram despejadas no estado de São Paulo sem qualquer acomodação alternativa, impossibilitando o cumprimento das recomendações oficiais e tornando-as em alto risco de contágio."

Ele também expressou preocupação com o fato de o presidente brasileiro Jair Bolsonaro ter vetado um esforço do Congresso brasileiro para limitar o impacto dos despejos. O Congresso ainda não votou um projeto mais amplo, que está tramitando, que suspenderia todos os despejos e remoções durante a pandemia.

"Encorajo os poderes legislativo e executivo no Brasil a priorizar urgentemente a proteção dos direitos humanos das comunidades em situações vulneráveis", afirmou Rajagopal.

"A atual crise de saúde exige medidas de emergência, incluindo uma moratória imediata em todas as despejos e remoções. Resolver a crise imobiliária no Brasil, com uma escassez estimada em mais de 7 milhões de unidades habitacionais, implicará etapas adicionais e mais transformadoras, que o país também precisa considerar sem demora. "

FIM

O Sr. Balakrishnan Rajagopal (Estados Unidos) é o Relator Especial da ONU sobre moradia adequada como componente do direito a um padrão de vida adequado e do direito à não discriminação neste contexto. Ele assumiu seu mandato em maio de 2020. O Sr. Rajagopal é professor de Direito e Desenvolvimento no Departamento de Estudos e Planejamento Urbanos do MIT. Ele é o fundador da Rede de Pesquisa e Ação sobre Deslocamentos do MIT. Ele conduziu mais de 20 anos de pesquisas sobre movimentos sociais e defesa dos direitos humanos em todo o mundo, concentrando-se em particular nos direitos à terra e à propriedade, despejos e deslocamentos. Ele é formado em direito pela Universidade de

Madras, na Índia, possui mestrado em direito pela American University e doutorado interdisciplinar em direito pela Harvard Law School. Ele atuou como consultor em direitos humanos da Comissão Mundial de Barragens, junto ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos no Camboja. Ele publicou vários livros e artigos acadêmicos, incluindo relatórios de pesquisa sobre despejos, deslocamentos, direitos humanos e moradia.

Os Relatores Especiais fazem parte do que é conhecido como Procedimentos Especiais do Conselho de Direitos Humanos. Procedimentos Especiais, o maior corpo de especialistas independentes no sistema de Direitos Humanos da ONU, é o nome geral dos mecanismos independentes de investigação e monitoramento do Conselho que abordam situações específicas de países ou questões temáticas em todas as partes do mundo. Especialistas em procedimentos especiais trabalham voluntariamente; eles não são funcionários da ONU e não recebem salário por seu trabalho. Eles são independentes de qualquer governo ou organização e servem em sua capacidade individual.

Para obter mais informações e solicitações de mídia, entre em contato com Jon Izagirre (41 22 91 79715 / jizagirre@ohchr.org) ou escreva para srhousing@ohchr.org.

Para perguntas da mídia sobre outros especialistas independentes da ONU, entre em contato com Renato de Souza (+41 22 928 9855 / rrosariodesouza@ohchr.org) e John Newland (mediaconsultant2@ohchr.org)

Siga as notícias relacionadas aos especialistas independentes em direitos humanos da ONU no Twitter [@UN_SPExperts](https://twitter.com/UN_SPExperts).

Preocupado com o mundo em que vivemos?

STAND UP pelos direitos de alguém hoje.

Standup4humanrights

e visite a página da web em <http://www.standup4humanrights.org>